



Critical Raw Materials: ensuring secure and sustainable supply chains for EU's green and digital future /

Matérias-primas críticas: assegurar cadeias de abastecimento seguras e sustentáveis para o futuro verde e digital da EU

O Regulamento e a Comunicação sobre matérias-primas críticas hoje adotados potenciam os pontos fortes e as oportunidades do Mercado Único e das parcerias externas da UE para diversificar e aumentar a resiliência das cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas da UE. A Lei das Matérias-Primas Críticas também melhora a capacidade da UE para monitorizar e mitigar os riscos de ruturas e aumenta a circularidade e a sustentabilidade.

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou: "*Esta Lei vai aproximar-nos das nossas ambições climáticas. Irá melhorar significativamente a refinação, processamento e reciclagem de matérias-primas críticas aqui na Europa. As matérias-primas são vitais para o fabrico de tecnologias-chave para a nossa transição dupla - como a geração de energia eólica, o armazenamento de hidrogénio ou as baterias. E estamos a reforçar a nossa cooperação com parceiros comerciais fiáveis a nível mundial para reduzir as atuais dependências da UE em apenas um ou alguns países. É do nosso interesse mútuo aumentar a produção de uma forma sustentável e, ao mesmo tempo, assegurar o mais alto nível de diversificação das cadeias de abastecimento para as nossas empresas europeias*".

Juntamente com a reforma da conceção do mercado de eletricidade e a Lei da Indústria Net Zero, as medidas atuais sobre matérias-primas críticas criam um ambiente regulador favorável para as indústrias net-zero e a competitividade da indústria europeia, tal como anunciado no Plano Industrial Green Deal.

CONTEXTO DA PROPOSTA

Razões e objetivos da proposta:

A proposta visa abordar o elevado risco de fornecimento e concentração de matérias-primas críticas (CRM) que são essenciais para indústrias como as de energia renovável, digital, espaço, defesa e sectores da saúde. A UE depende fortemente da importação de CRM de alguns países terceiros, o que pode resultar em ruturas de abastecimento e afetar negativamente a economia, a competitividade e o emprego. A proposta visa reforçar a cadeia de valor das matérias-primas críticas da UE, diversificar as importações, monitorizar e mitigar os riscos de abastecimento, e melhorar a circularidade e sustentabilidade dos CRM. Considera-se que ações não regulamentares, tais como parcerias estratégicas com países terceiros têm sido úteis mas insuficientes, e é necessário um quadro regulamentar para reduzir os riscos de aprovisionamento e aumentar as capacidades de extração, processamento e reciclagem da UE.

Prioridades da ação

Para além de uma lista atualizada de matérias-primas críticas, a lei identifica uma lista de matérias-primas estratégicas, que são cruciais para tecnologias importantes para as ambições verdes e digitais da Europa e para aplicações de defesa e espaciais, e que estão sujeitas a potenciais riscos de abastecimento no futuro. O Regulamento integra tanto as listas de matérias-primas críticas como estratégicas na legislação da UE. O Regulamento estabelece referências

claras para as capacidades nacionais ao longo da cadeia estratégica de aprovisionamento de matérias-primas e para diversificar o aprovisionamento da UE até 2030:

- Pelo menos 10% do consumo anual da UE em extração,
- Pelo menos 40% do consumo anual da UE em processamento,
- Pelo menos 15% do consumo anual da UE em reciclagem,
- Não mais de 65% do consumo anual da UE de cada matéria-prima estratégica em qualquer fase relevante da transformação proveniente de um único país terceiro.

Coerência com as disposições políticas existentes nesta área

A proposta visa ajudar a UE a atingir os seus objetivos de produção de energia renovável, tecnologias estratégicas de fabrico, e objetivos de neutralidade climática, diversificando e assegurando um aprovisionamento doméstico sustentável de matérias-primas críticas (CRM). O pressuposto está alinhado com o Acordo Verde Europeu, a Lei Climática Europeia, e a Declaração de Versalhes de 2022. A proposta é também coerente com as anteriores estratégias europeias de CRM e complementa e reforça as iniciativas do plano de ação 2020. A proposta inclui medidas não regulamentares para diversificar os fornecimentos externos e impulsionar a investigação e inovação. A Comissão Europeia realizou um estudo prospetivo, e a proposta é coerente com outra legislação sobre CRM, como o Regulamento de Minerais de Conflito.

Coerência com outras políticas da UE

A UE tem várias políticas e legislações em vigor que são relevantes para as diferentes fases da cadeia de valor das matérias-primas críticas (CRM), tais como extração, processamento, ou reciclagem. Estas políticas incluem legislação ambiental da UE, o quadro de resíduos, classificação química e mitigação de riscos, capacidade humana, infraestrutura de informação espacial, e investimento sustentável. A UE pretende igualmente reforçar e diversificar o seu fornecimento externo de CRM sem prejudicar as regras comerciais e a concorrência internacional. Estas políticas são consistentes com as obrigações comerciais internacionais da UE, a política do Ártico, e o Portal Global.

Razões para uma ação a nível europeu

Nenhum Estado-Membro por si só é capaz de enfrentar eficazmente os crescentes riscos críticos de aprovisionamento de matérias-primas - sobretudo devido à falta de ocorrências geológicas num Estado-Membro individual e às economias de escala substanciais na cadeia de valor das matérias-primas críticas. As medidas incluídas nesta iniciativa não seriam tão eficazes se implementadas pelos Estados-Membros atuando isoladamente, uma vez que os problemas que abordam dizem respeito ao Mercado Único como um todo. Não se limitam a um único Estado-Membro ou a um subconjunto de Estados-Membros, mas à base industrial da UE e à cadeia de valor de matérias-primas críticas em toda a UE. Além disso, é pouco provável que as abordagens apenas a nível dos Estados-Membros sejam adequadas para servir as necessidades das cadeias de abastecimento estreitamente interligadas no âmbito do mercado interno.

Resultados esperados - Valor acrescentado

A ação da UE é essencial para gerar economias de escala e de gama e para limitar, se não para evitar, a fragmentação de esforços e as ineficiências associadas. De acordo com esta lógica, as ações propostas concentram-se em áreas onde existe um valor acrescentado demonstrável na

atuação a nível da UE sustentado pela escala, rapidez e alcance dos esforços necessários. Por exemplo:

- ações destinadas a mobilizar investimentos em projetos de matérias-primas críticas ao longo da cadeia de valor poderiam ser concebidas e coordenadas da forma mais eficaz a nível da UE, dada a escala dos investimentos necessários e as capacidades resultantes deveriam servir todo o mercado interno.
- ações destinadas a melhorar as capacidades de controlo a nível da UE alcançarão maior eficácia do que se forem deixadas descoordenadas. Em conjunto, os Estados-Membros e a Comissão Europeia estarão mais aptos a antecipar as ruturas de abastecimento do que através de uma manta de retalhos de esforços nacionais. O quadro proposto deverá permitir uma divisão mais eficiente das tarefas e a partilha de informação relevante para evitar a duplicação de esforços.

QUADRO DA PROPOSTA/INICIATIVA

Título da iniciativa: Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro para assegurar um abastecimento seguro e sustentável de matérias-primas críticas (Lei Europeia das Matérias-Primas Críticas).

Domínio(s) político(s) em causa: "Acordo Verde Europeu"; "Europa à Altura da Era Digital"; "Europa Mais Forte no Mundo"

Objetivo geral: O objetivo geral da Lei Europeia das Matérias-Primas Críticas é assegurar o acesso seguro da UE às matérias-primas críticas, incentivando ao mesmo tempo o desenvolvimento de fontes de abastecimento sustentáveis. Contribuindo para o crescimento económico e elevados padrões de vida na UE, evitar perturbações e angústias no mercado único europeu e aumentar a competitividade das empresas europeias, sem descuidar o papel da UE na promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental a nível global.

Objetivo específico: reforçar as diferentes fases da cadeia de valor estratégica das matérias-primas; diversificar as importações de matérias-primas da UE; melhorar as capacidades da UE para monitorizar e mitigar o risco de perturbações no aprovisionamento de matérias-primas críticas; assegurar a livre circulação de matérias-primas críticas colocadas no mercado da UE, assegurando simultaneamente um elevado nível de proteção ambiental, melhorando a sua circularidade e sustentabilidade.

Resultado e impacto esperado: O resultado esperado da Lei sobre CRM é o fornecimento seguro de CRM e o reforço da capacidade da UE ao longo da sua cadeia de valor de CRM. A Lei sobre CRM incentivará o desenvolvimento de fontes de abastecimento sustentáveis para alcançar as ambições estratégicas da UE, nomeadamente a transição verde e digital e o reforço dos investimentos na defesa.

Mapeamento - A disponibilidade de dados adicionais, cartografia e programas de prospeção dos recursos minerais da UE apoiará a competitividade da cadeia de valor; equipadas com informação adicional, as empresas beneficiariam de uma desclassificação nas fases iniciais de exploração que apoiaria então um maior investimento mais a jusante da cadeia de valor.

Acesso - A designação de Projetos Estratégicos com licenças racionalizadas e um melhor acesso ao financiamento resultará num apoio mais forte à cadeia de valor de CRM na UE e em países

terceiros e, doravante, num fornecimento mais seguro de CRM para os utilizadores a jusante na UE. Isto trará um claro valor acrescentado ao funcionamento do Mercado Único e terá impactos económicos positivos para os produtores de CRM e sectores a jusante, assegurando a resiliência industrial e permitindo o desenvolvimento da cadeia de valor de CRM da UE. Os seus impactos sociais no emprego e na coesão das regiões da UE serão igualmente positivos.

Monitorização - A Lei sobre CRM prevê o desenvolvimento de capacidades de monitorização e avaliação de riscos antes de uma crise. Um sistema de governação com um Conselho das Matérias-Primas Críticas, uma rede de agências dos Estados-Membros e capacidade interna na Comissão apoiará a cadeia de valor de CRM da UE. As empresas beneficiarão diretamente da publicação regular de informação atualizada sobre os riscos de aprovisionamento sob a forma de um painel de controlo que lhes permitirá adaptar as suas estratégias de atenuação. As ações de monitorização e avaliação de riscos, tais como os testes de stress da UE, criarão uma procura por parte dos governos e das empresas no sentido de adquirirem CRM seguros.

Reservas - A constituição de reservas estratégicas está relacionada com a coordenação das reservas estratégicas nacionais de matérias-primas estratégicas. A coordenação incentivará os Estados-Membros a reforçar os seus stocks estratégicos, acrescentando uma camada extra de segurança para as empresas cuja cadeia de valor inclui matérias-primas estratégicas. A dimensão europeia desta coordenação assegurará que se evitem sobreposições e que se desenvolvam sinergias entre as reservas estratégicas nacionais. Esta coordenação entre os stocks nacionais antes de qualquer crise garantirá também uma melhor preparação para crises em caso de ativação de qualquer mecanismo de vigilância ou de resposta a crises que possa cobrir as matérias-primas.

Mitigação de risco - Para assegurar a preparação das empresas para o risco, um conjunto específico de grandes empresas envolvidas nas disposições investirá na sua resiliência e terá em conta os custos reais da produção de matérias-primas estratégicas, assegurando que estas efetuem regularmente auditorias e testes de stress às suas cadeias de abastecimento se contiverem um determinado conjunto de matérias-primas estratégicas.

As medidas sobre compras conjuntas permitirão às autoridades nacionais ou aos operadores económicos unir esforços na compra de matérias-primas estratégicas.

Produção sustentável - O desenvolvimento de uma produção mais sustentável de matérias-primas críticas é apoiado por disposições para o desenvolvimento da circularidade dos mercados de matérias-primas críticas. A proposta estabelece regras em particular para a recuperação, recolha e tratamento de produtos em fim de vida e fluxos de resíduos contendo matérias-primas críticas, para apoiar o desenvolvimento de tecnologias e mercados de reciclagem, para promover a utilização de matérias-primas secundárias críticas no fabrico. As ações centrar-se-ão também na recuperação de matérias-primas críticas a partir de locais de resíduos encerrados e abandonados. Estão também incluídas disposições relativas à declaração da pegada ambiental e outras informações sobre as matérias-primas críticas colocadas no mercado da União.

Linha de ação - O Regulamento irá criar um Conselho Europeu das Matérias-Primas Críticas, reunindo os melhores conhecimentos especializados disponíveis na Comissão Europeia e nos Estados-Membros para analisar e monitorizar os mercados, avaliar os riscos e aconselhar sobre estratégias de mitigação, ajudar com projetos estratégicos e coordenar a constituição de reservas estratégicas. O Conselho discutirá também as prioridades e os objetivos das Parcerias



Estratégicas com países terceiros, abrangendo matérias-primas, e a coordenação dessas parcerias com parcerias semelhantes concluídas pelos Estados-Membros.

Saiba mais em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_23_1661